

## **Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos**

Recebimento dos originais: 04/04/2015  
Aceitação para publicação: 01/11/2016

### **Alessandra Vieira Cunha Marques**

Mestre em Contabilidade pelo PPGCC/UFU

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121- Sala 1F215 – Uberlândia/MG.

CEP: 38.400-902

E-mail: [alessandra1909@hotmail.com](mailto:alessandra1909@hotmail.com)

### **Cassius Klay Silva Santos**

Mestre em Contabilidade pelo PPGCC/UFU

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121- Sala 1F215 – Uberlândia/MG.

CEP: 38.400-902

E-mail: [cassiusklay@gmail.com](mailto:cassiusklay@gmail.com)

### **Ilirio José Rech**

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP

Instituição: Universidade Federal de Goiás - PPGCC UFG/ FACIC UFU

Endereço: R. Samambaia, s/n - Campus Samambaia, Goiânia/GO.

CEP: 74001-970.

E-mail: [ilirio@terra.com.br](mailto:ilirio@terra.com.br)

### **Patrícia de Souza Costa**

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - PPGCC UFU

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121- Sala 1F215 – Uberlândia/MG - CEP: 38.400-902

E-mail: [patricia.costa@ufu.br](mailto:patricia.costa@ufu.br)

## **Resumo**

Com a edição do CPC 29 – Ativos Biológicos, a prática de registro de ativos biológicos pelo custo histórico foi substituída pelo registro a valor justo. O uso do valor justo pode estar relacionado com a redução do conservadorismo contábil. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é verificar se a adoção do CPC 29 afetou o grau de conservadorismo das informações financeiras divulgadas pelas companhias abertas brasileiras do setor do agronegócio. Foi testada a hipótese de que a adoção do CPC 29 reduziu o nível de conservadorismo presente nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras do setor do agronegócio. Foram analisadas as demonstrações financeiras trimestrais de 22 companhias no período de 2007 a 2012. Os resultados da pesquisa mostram redução no nível do conservadorismo condicional e aumento no grau de conservadorismo incondicional após a adoção do referido CPC. A redução do conservadorismo condicional sugere melhoria na

qualidade das demonstrações financeiras das companhias abertas analisadas decorrente do registro tempestivo dos fatos econômicos. Todavia, o aumento no nível de conservadorismo incondicional denota aumento das práticas gerenciais oportunistas, que pode impactar negativamente na qualidade dos relatórios contábeis.

**Palavras-chave:** IFRS. Conservadorismo. Ativo Biológico.

## 1. Introdução

As práticas contábeis adotadas para o reconhecimento e a mensuração das operações realizadas nas atividades agrícolas passaram por significativas transformações com a edição do Pronunciamento Técnico nº 29 – Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas (CPC, 2009). Esse pronunciamento, com adoção obrigatória para as companhias abertas a partir do exercício de 2010, está correlacionado com a *International Accounting Standards* nº 41 – *Agriculture* (IASB, 2001).

Antes da adoção do CPC 29 (CPC, 2009), o modelo contábil brasileiro utilizado para a atividade agrícola era baseado no custo histórico como base de mensuração dos ativos biológicos. De acordo com esse modelo, os custos eram ativados e as alterações no valor dos ativos, pelo crescimento ou pela mudança de valor de mercado, eram reconhecidas no resultado do exercício somente no momento da venda. Com a adoção do valor justo, o CPC 29 permite o reconhecimento dos ganhos e perdas na variação do valor justo por meio do resultado de cada período, conforme a variação do preço de mercado ou pelo processo de crescimento, degeneração, produção e procriação dos ativos e não apenas no momento da venda.

Herbohn e Herbohn (2006) afirmam que a adoção do valor justo para os ativos biológicos influenciou, significativamente, os valores das demonstrações financeiras das empresas que exploram atividades agrícolas. Esses autores identificaram elevada volatilidade dos resultados das empresas australianas (entre 90% e 105%), decorrente do reconhecimento de resultados não realizadas quando da mensuração a valor justo.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) e Scott (2009) apontam que reconhecimento de ativos com base no custo histórico pode ser destacado como um exemplo de prática do conservadorismo, uma vez que privilegia métodos contábeis que resultam em menor valor para o ativo/receita ou maior valor para o passivo/despesas. Desta forma, a obrigatoriedade de mensuração dos ativos biológicos com base no valor justo introduzido pelo CPC 29 pode ser

considerada, conceitualmente, como menos conservadora (BARTH; 2007; KOLEV, 2008; PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008; SCOTT, 2009; ARMSTRONG et al., 2010).

Basu (1997) sugere a segregação do conservadorismo contábil em condicional e incondicional. Para esse autor, o conservadorismo condicional permite maior qualidade dos relatórios contábeis, uma vez que esse modelo reconhece as más notícias de forma mais oportuna e assimétrica em detrimento aos bons relatos. Já o conservadorismo incondicional se relaciona às práticas gerenciais oportunistas, em que, entre duas opções de mensuração e reconhecimento dos fatos, igualmente válidas, opta-se por aquela que acarrete menor avaliação do patrimônio líquido.

O conservadorismo é visto por Watts (2003) como necessário, exercendo a função de mitigar comportamentos oportunistas de gestores e, por isso, aceito como uma característica qualitativa das informações contábeis. Por outro lado, Barth (2007) afirma que o conservadorismo não pode ser destacado como uma característica qualitativa das informações financeiras, pois este não permite que sejam apresentadas informações livres de tendenciosidade, uma vez que implica em viés negativo para a contabilidade.

Nessa linha de pensamento, a última revisão da *Conceptual Framework for Financial Reporting*, realizada em 2010, pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 2011), e adotada no Brasil em 2011 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2011), excluiu a prudência/conservadorismo da relação de características qualitativas da informação contábil. De acordo com o IASB, o conservadorismo é inconsistente com a neutralidade pretendida para a informação contábil e o seu uso pode enviesar o processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

Neste sentido, se o valor justo é considerado uma medida menos conservadora, cabe indagar se a adoção da mensuração dos ativos biológicos está relacionada com a redução do conservadorismo nas informações financeiras preparadas pelas entidades que exploram ativos biológicos. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é verificar se a adoção do CPC 29 afetou o grau de conservadorismo das informações financeiras divulgadas pelas companhias abertas que exploram ativos biológicos. Para alcançar o objetivo proposto, foi testada a hipótese de que a adoção do CPC 29 reduziu o nível de conservadorismo nas demonstrações financeiras das empresas abertas que exploram ativos biológicos.

Por meio de uma pesquisa quantitativa e descritiva, foram examinadas as demonstrações financeiras das empresas abertas que exploram ativos biológicos, relativas aos períodos entre 2007 e 2012. A análise dos períodos que antecedem à adoção da CPC 29

justifica-se pelo fato de que, até 2010, as empresas da amostra adotavam o custo histórico como base de mensuração dos seus ativos biológicos. Após a edição e entrada em vigor do CPC 29, estas companhias passaram a apresentar seus ativos biológicos com base no valor justo.

Com os resultados desta pesquisa, espera-se preencher a lacuna na literatura contábil acerca das consequências contábeis da adoção de uma norma com aplicação específica a determinado setor, cuja discussão trata do efeito do CPC 29 sobre o nível de conservadorismo do setor do agronegócio. Do ponto de vista do usuário da informação contábil, os resultados do estudo podem contribuir para evidenciar se houve alterações nas práticas de conservadorismo, fazendo com que suas decisões considerem o efeito da alteração dessa prática ao analisar os números contábeis. Para os reguladores e elaboradores das normas contábeis, a pesquisa pode colaborar para a análise das consequências das IFRS para as empresas do agronegócio, facultando subsidiar futuras decisões desses órgãos.

## **2. Plataforma Teórica**

### **2.1. Convergências às IFRS no setor do agronegócio**

O efeito do aumento da demanda mundial por produtos agropecuários, atualmente usados tanto para alimento quanto como fonte de energia limpa e renovável, atraiu a atenção do mercado financeiro. Se antes a necessidade de elevar os padrões de contabilidade e reduzir a assimetria da informação estava voltada para o mercado de crédito, com a chegada de grandes corporações e do mercado de capitais, novos usuários das informações financeiras passaram a fazer parte do cenário da atividade rural.

Uma das formas de suprir as necessidades desses novos usuários das informações financeiras e garantir a permanência destes e dos recursos necessários para a expansão é facilitar o acesso às informações financeiras das empresas que atuam no setor. Para que isso seja possível, é indispensável tornar comparáveis as práticas contábeis aplicáveis ao setor para a mensuração, reconhecimento e evidenciação dos eventos e transações ocorridas nas atividades rurais.

Segundo Santos et al. (2011), a literatura contábil internacional tem pesquisado a relevância e as consequências econômicas da informação contábil. Devido ao fato de muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento utilizarem seus sistemas de contabilidade baseados em impostos, alguns questionamentos foram surgindo sobre a utilidade da contabilidade para a tomada de decisões (DESAI, 2005; PLESKO, 2007; BAE; TAN;

WELKER, 2008; SHAVIRO, 2008; YOON, 2008; ALALI; CAO, 2010; CHAN; LIN; MO; 2010; REZAAE; SMITH; SZENDI, 2010; SANTOS et al., 2011). Tais pesquisas demonstraram a necessidade de informações contábeis comparáveis que, realmente, possam auxiliar a comunicação entre os agentes econômicos e seu processo decisório.

Diante da demanda por informações contábeis que consigam auxiliar no processo de tomada de decisão, comparáveis e de qualidade, os países da União Europeia e outras jurisdições adotaram, como referência para a produção de informações financeiras, as IAS/IFRS. Posteriormente, outros países seguiram na mesma direção e, atualmente, mais de 130 países adotam as IAS/IFRS ou estão em processo de convergência para o padrão internacional de contabilidade (DELOITTE, 2013). Esse movimento de convergência pode ser visto como uma resposta à reivindicação do aumento da utilidade dos relatórios financeiros (CHAN; LIN; MO; 2010).

Neste cenário de convergência às IAS/IFRS, chama a atenção o avanço do uso do valor justo como critério para mensuração dos ativos e passivos. Uma das normas que adotaram o valor justo como referência para avaliação dos ativos a que se destina é a IAS 41 (IASB, 2000), cujo método de mensuração recomendado para os ativos biológicos é o valor justo. A edição da IAS 41 foi uma resposta para tentar superar o desafio de fornecer informação relevante ao usuário das informações financeiras das empresas do setor agropecuário.

Vários organismos normatizadores contribuíram para a edição de tal diretriz, dentre eles destaca-se o *Australian Accounting Standards Board* (AASB) que, em 1998, publicou o AASB 1037 - *Self Generating and Regenerating Assets*. Esta norma serviu de base para o *Discussion Paper*, editado pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), predecessor do IASB que, em seu processo normal de edição de regras, produziu o *Exposure Draft 65*, dando origem, em dezembro de 2000, à IAS 41, com vigência a partir de janeiro de 2003 (IASB, 2000).

No Brasil, as normas voltadas para o setor agropecuário eram apenas parte de artigos da Lei 6.404 (BRASIL, 1976) e da Resolução 732 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1992). Em 2001, o CFC (2001) editou a Resolução 909 que aprovou a NBC-T 10.14, estabelecendo critérios e procedimentos específicos de avaliação e registro das variações patrimoniais das entidades agropecuárias. Entretanto, como consequência do processo de convergência internacional, legalmente aprovado pela Lei 11.638 (BRASIL, 2007), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2009) editou o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto

Agrícola, que passou a regulamentar a contabilização desses ativos nas atividades agropecuárias.

Como parte do processo de aperfeiçoamento das normas e para se adequar às forças políticas e econômicas que dominam o setor agropecuário, em junho de 2014, o IASB publicou uma emenda à IAS 16 e a IAS 41 (IASB, 2014), alterando a aplicação de tais normas. A partir dos períodos contábeis, iniciados após janeiro de 2016, os ativos biológicos considerados plantas portadoras devem ser contabilizados da mesma forma que o ativo imobilizado, não mais sendo exigida a aplicação do valor justo para tais ativos.

Lara e Naviera (2000, p. 5) destacam as seguintes razões que justificavam a normatização da contabilidade na atividade agropecuária:

- a) A importância da agropecuária nos países em desenvolvimento e recentemente industrializados.
- b) Os grupos de usuários externos que têm interesse nas empresas agropecuárias (fornecedores, clientes, credores e o próprio Estado) são cada vez maiores e se convertem em exigentes usuários da informação contábil.
- c) A natureza das atividades agropecuárias gera conflitos quando aplicados os métodos contábeis tradicionais.
- d) A agropecuária, como destacada pelo próprio *International Accounting Standards Committee* (IASC), permanecia à margem das várias normas contábeis, como IAS 2 e a IAS 16.
- e) Existência de grande diversidade na prática contábil aplicada às empresas do setor agropecuário.
- f) Alguns países estavam tomando a iniciativa em relação à normatização contábil da atividade agropecuária, como, por exemplo, a Argentina e a Austrália.

Esse processo de convergência às IAS/IFRS inseriu, tanto no Brasil quanto em outros países, mudanças significativas nas normas e práticas contábeis em uso. Como destaque dessas mudanças, podem-se citar o abandono do custo histórico como modelo de referência para a mensuração dos ativos e passivos e a adoção do modelo de mensuração baseado no valor justo.

No campo da pesquisa contábil sobre o tema de reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, apesar de o setor da agricultura ser considerado de grande importância para a economia global, não era objeto de estudo entre pesquisadores, profissionais de contabilidade e órgãos de regulação contábil (HERBOHN, 2006; HERBOHN; HERBOHN,

2006). Segundo esses autores, a aprovação e a apresentação da IAS 41 pelo IASB despertaram o interesse pela pesquisa voltada para a contabilidade aplicada ao agronegócio. Prova disso pode ser verificado nas investigações realizadas, por exemplo, nos trabalhos de Argilés, Bladón e Monllau (2009), Williams e Wilmshurst (2009), Elad e Herbohn, (2011) e Rech (2011).

Com a ampliação das pesquisas e a aplicação do valor justo no processo de mensuração dos ativos biológicos, foram identificadas algumas dificuldades na execução deste método para alguns ativos cujo modelo é recomendado. Burnside (2005) destaca que as empresas florestais se deparam com grandes dificuldades para aplicação do critério de avaliação a valor justo, pois alguns de seus produtos apresentam períodos de maturação de mais 100 anos, sendo necessária a aplicação do método do desconto do fluxo de caixa esperado dos ativos, uma vez que esses não possuem mercado ativo nas diversas fases de maturação, aumentando as dificuldades. Rech e Pereira (2012) destacam os contratemplos encontrados para mensuração dos ativos biológicos considerados de natureza fixa (devido à falta de mercado ativo para esses itens), como, por exemplo, os pomares.

Segundo Elad (2004), os gestores de grandes companhias australianas afirmaram que a IAS 41 serve somente para distorcer os indicadores financeiros e confundir os usuários das informações desse segmento. Destaca-se que a Austrália produziu o AASB 1037 que valeu de documento base para o *Exposure Draft* 65 o qual deu origem à IAS 41, aplicada desde 1998. Outros países como França e Áustria, que também tinham legislações próprias para tratamento de ativos biológicos e produtos agrícolas com base no custo histórico, do mesmo modo apresentaram dificuldades de adaptação (RECH; PEREIRA, 2012).

## 2.2. Conservadorismo versus qualidade da informação contábil

A revisão da *Framework* do IASB de 2011 exclui do rol de características contábeis a prudência, também conhecida por conservadorismo. Para justificar a exclusão do conservadorismo, o IASB alegou que tal procedimento, antes visto como uma “virtude” do processo de preparação da informação contábil, colocava em xeque o objetivo da completude desta e ausência de erros e vieses. Além disso, destaca-se que o conservadorismo pode afetar a consistência do uso de métodos contábeis, prejudicando a comparabilidade, por permitir a não adoção de métodos uniformes entre os períodos para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos.

Segundo Basu (1997), trata-se de uma “tendência dos contadores em requerer um mais alto grau de verificação para reconhecer boas notícias como ganhos do que para reconhecer más notícias como perdas”. Watts (1993, p. 18) afirma que o “conservadorismo é um mecanismo no qual, estimativas confiáveis são requeridas para que lucros possam ser antecipados. Esta exigência ocorre devido à assimetria informacional entre a administração e outras partes da empresa”.

Estudos realizados (ver exemplos: WATTS; ZIMMERMAN, 1986; WATTS, 1993; BASU, 1997; CULLINAN et al., 2012) explicam as origens do conservadorismo que influenciaram os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP), sendo elas: dúvidas quanto às regras fiscais, influência política (governo) no estabelecimento de normas contábeis e de execução legal e as forças regulatórias, originadas, principalmente, durante o século XX.

Costa, Costa e Lopes (2006) e Barth, Landsman e Lang (2008) argumentam que o conservadorismo implica em viés negativo para a contabilidade, contrapondo-se às características qualitativas requeridas para informação contábil relevante aos tomadores de decisão. A justificativa para a preocupação com a qualidade informacional dos lucros e dos critérios usados para a sua formação pelos pesquisadores contábeis dá-se devido ao importante papel que ele desempenha, impactando no valor de mercado das empresas (COSTA; COSTA; LOPES, 2006).

De acordo com Jeanjean e Stolowy (2008) e Brito, Lopes e Coelho (2012), a informação dos lucros das empresas torna-se relevante para o mercado de capitais quando resulta em maior transparência e comparabilidade do desempenho das companhias de diferentes países. Ainda de acordo com esses autores, quando informações contábeis de qualidade e confiáveis estão à disposição dos interessados, a consequência é a redução de custo de captação de recursos para as empresas.

Piot, Dumontier e Janin (2011) afirmam que tal prática contábil não é compatível com as IFRS, pois a ideia de uma antecipação assimétrica de reconhecimento de ganhos e perdas é contrária aos seus objetivos de neutralidade e fidedignidade no reconhecimento dos fatos das empresas. De acordo com Coelho e Lima (2007), o pressuposto das IFRS está relacionado com a alternativa de não somente registrar a custo histórico que esteja intimamente ligado ao conservadorismo, mas também praticar o reconhecimento a valor justo, com o objetivo de alterar a qualidade da informação apresentada aos usuários.

A adoção das IFRS tem causado impactos significativos sobre o resultado das empresas, refletindo nos números contábeis por elas divulgados (JERMAKOWICZ;

TOMASZEWSKI, 2006). Esse desenvolvimento das normas contábeis globais revela que as práticas contábeis conservadoras estão sendo substituídas pelo paradigma da representação fidedigna. Segundo Barlev e Haddad (2003) e Laux e Leuz (2009), enquanto o custo histórico esconde a real situação econômica e financeira das empresas, o valor justo fornece informações completas e transparentes, possibilitando, com isso, maior relevância aos números contábeis divulgados pelas corporações.

Esse conflito entre conservadorismo e informações contábeis relevantes é identificado por Costa, Costa e Lopes (2006). Segundo os autores, o uso excessivo do conservadorismo nas práticas contábeis pode resultar em demonstrações financeiras com informações que não correspondam à realidade da empresa. Como consequência dessa prática, os usuários podem fazer interpretações equivocadas e tomar decisões prejudiciais a seus interesses ou que não condizem com as ações pretendidas de investimentos.

### **3. Hipóteses de Pesquisa**

A oportunidade que as empresas reconhecem as perdas não realizadas em suas demonstrações financeiras influencia a qualidade do lucro e, conseqüentemente, o teor das informações reportadas ao mercado (BRITO; LOPES; COELHO, 2012). Essa prática, chamada de conservadorismo condicional, ocorre quando a empresa se depara com eventos desfavoráveis e essas perdas estimadas são, tempestivamente, reconhecidas em seus resultados (BRITO; LOPES; COELHO, 2012).

Já o conservadorismo incondicional, pode ser definido como a subavaliação do patrimônio líquido, decorrente de escolhas que resultam em menor avaliação do patrimônio, independentemente da probabilidade das perdas econômicas (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000). Segundo esses autores, os administradores utilizam opções contábeis oportunistas visando a seus próprios objetivos, resultando em menor valor atual para ativos e receitas e maiores valores para passivos e despesas.

A mensuração a valor justo é vista, teoricamente, como uma prática com menor grau de conservadorismo. Além disso, no Pronunciamento Conceitual Básico (CPC, 2011), tem-se que o conservadorismo não coaduna com a representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Ou seja, subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, práticas decorrentes do conservadorismo, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra (CPC, 2011). Neste sentido, com a adoção do CPC 29 e a mensuração com base no valor justo, espera-se a redução do nível de conservadorismo nas informações contábeis preparadas

e divulgadas por empresas do setor do agronegócio. Essa expectativa fundamenta as hipóteses de pesquisa:

H<sub>1</sub>: O nível de conservadorismo condicional das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras que exploram ativos biológicos reduziu após a adoção do CPC 29.

H<sub>2</sub>: O nível de conservadorismo incondicional das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras que exploram ativos biológicos reduziu após a adoção do CPC 29.

A qualidade da informação contábil “é elevada se a contabilidade captura bem a realidade econômica da empresa, e baixa se a contabilidade não captura bem essa realidade” (BRITO; LOPES; COELHO, 2013, p. 25). Dessa forma, quanto menor o nível de conservadorismo presente nas informações contábeis, maior a qualidade dessas informações.

#### 4. Aspectos Metodológicos

Para mensurar o grau de conservadorismo contábil, foram utilizadas as demonstrações contábeis trimestrais das companhias abertas brasileiras que exploram ativos biológicos, nos três anos anteriores à adoção ao CPC 29 (2007 a 2009) e nos três anos posteriores à sua adesão (2010 a 2012). Foram utilizados os trimestres dos anos de 2007, 2008, 2009 e até o terceiro trimestre do ano de 2010, como período pré-adoção do CPC 29 e os períodos de 2011, 2012, e o quarto trimestre de 2010, como período pós-adoção. Dessa forma, o número de companhias que compõem a amostra, os períodos observados e as etapas realizadas para a seleção da amostra são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1: Composição da Amostra**

	N. empresas	Anos observados	N. Observações
Companhias abertas brasileiras que possuíam ativo biológico em 2010	28	6	672
(-) Companhias abertas que não apresentaram variáveis suficientes para analisar o conservadorismo em 2010	3	6	72
(-) Companhias abertas que não apresentaram ativo biológico nos seis trimestres antes e após a adoção do CPC 29	3	6	72
(-) <i>Outliers</i>	-	-	46
<b>Amostra final</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>482</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

Das 28 empresas identificadas com ativos biológicos nas demonstrações financeiras de 2010, seis foram excluídas por não apresentarem as informações básicas sobre as variáveis analisadas nos seis trimestres antes e após a adoção do CPC 29. A ausência de informações impossibilitava a comparação do efeito da adoção do CPC o que poderia falsear os resultados.

Com isso, a amostra final da pesquisa é composta por 22 companhias e um total de 482 observações.

Por meio do modelo proposto por Basu (1997), foi analisada a relação entre as variáveis lucro contábil e retorno econômico, utilizando os valores dos retornos positivos e negativos como *proxy* de boas e más notícias. A fórmula original apresentada por Basu (1997) é exposta na Equação 1.

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 R_{it} + \beta_3 R_{it} DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Sendo que:

$X_{it}$ : lucro ou prejuízo por ação da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$P_{it-1}$ : preço da ação da empresa  $i$  no período  $t-1$ ;

$DR_{it}$ : variável *dummy* com valor igual a 1 quando a variação do lucro apresentado for positiva, e o valor 0 caso contrário;

$R_{it}$ : retorno da ação da empresa  $i$  no período  $t$ ,

O método desenvolvido por Basu (1997) proporciona identificar o nível de conservadorismo condicional pela interação entre os coeficientes  $\alpha_1$  e  $\beta_1$ . Nesta equação,  $\alpha_1$  identifica a temporalidade com que o retorno econômico é reconhecido pelo resultado contábil. O coeficiente  $\beta_1$  capta a intensidade da diferença na velocidade de reconhecimento entre boas e más notícias. O conservadorismo será identificado pelo cálculo  $(\alpha_1 - \beta_1)$  em módulo. Assim, quanto maior a diferença existente entre estes coeficientes, maior será o nível de conservadorismo (ANTUNES; MEDEIROS, 2011).

Para testar os efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo, adotou-se como principal justificativa a adesão ao CPC 29 pelas empresas do agronegócio. Assim, para analisar a presença do conservadorismo após a adoção do CPC 29, foi incluída uma variável *dummy* no modelo original de Basu (1997), que assumiu o valor 1 para o último trimestre de 2010 e todos os trimestres de 2011 e 2012, período posterior à emissão desse pronunciamento (Equação 2). A inclusão da variável *dummy* tem como objetivo capturar os efeitos da mudança no nível de conservadorismo após a adoção das normas internacionais de contabilidade, uma vez que o conjunto completo de CPCs foi exigido pela CVM para todas as companhias abertas a partir de 2010.

A outra variável *dummy* será utilizada para representar as informações sobre o lucro por ação e o retorno econômico no trimestre. Garbrecht et al. (2012) e Santos et al. (2011) também empregaram o modelo de Basu (1997) modificado para testar o nível de

conservadorismo condicional no período *ex post* à Lei nº 11.638/2007. A Equação 2 apresenta o modelo modificado.

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 R_{it} + \beta_3 R_{it} DR_{it} + \beta_4 DT_{it} + \beta_5 DT_{it} R_{it} DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que,

- $X_{it}$ : lucro ou prejuízo por ação da empresa  $i$  no trimestre  $t$ ;
- $P_{it-1}$ : corresponde ao último preço disponível da ação na empresa  $i$  em uma janela temporal de 15 imediatamente posterior ao prazo limite para divulgação das informações contábeis do trimestre anterior ( $t-1$ ). Considerando os preços ajustados ao pagamento de dividendos;
- $DR_{it}$ : variável *dummy* que assume valor 1 se o retorno econômico for  $<0$ , e 0 para o que apresentaram retorno econômico  $>0$ ;
- $R_{it}$ : retorno econômico da ação da empresa  $i$  no trimestre  $t$ . Para o cálculo do retorno, é considerado  $(P_{it} - P_{it-1})/P_{it-1}$ , sendo que  $P_{it}$  é o último preço disponível da ação da empresa  $i$  no prazo de 15 dias imediatamente após o término do prazo limite para divulgação das informações contábeis do trimestre atual ( $t$ )
- $DT_{it}$ : variável *dummy* assumindo valor 1 para os trimestres referentes aos anos de 2011, 2012 e o quarto trimestre de 2010, e valor 0 para os demais trimestres de 2010, e todos os trimestres para 2007, 2008, 2009;

Para a análise dos resultados, utiliza-se como parâmetro o exposto no Quadro 2. O modelo modificado (Equação 2) captura o conservadorismo condicional por meio dos coeficientes  $\alpha_1$  e  $\beta_1$ , em que se esperam, respectivamente, sinais negativo e positivo, ambos significativos (SANTOS et al., 2011). O coeficiente  $\beta_3$  identifica o tamanho do conservadorismo incondicional existente para a amostra analisada; em situação de aumento do nível de conservadorismo, estima-se que o sinal seja positivo e significativo (SANTOS et al., 2011).

**Quadro 2: Parâmetros de análise**

$\beta_0$	É uma variável <i>dummy</i> que mensura a velocidade do reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil. Verificará a sensibilidade do lucro contábil, indicando se ele é mais sensível aos resultados negativos do que aos resultados positivos. Quando o sinal para essa variável for negativo, e os valores maiores e mais significativos, sugere-se que a informação contábil está sendo transmitida em tempo hábil.
$\beta_1$	Captura o reconhecimento positivo e negativo, em conjunto, do retorno econômico pelo lucro contábil, refletindo a oportunidade do lucro contábil no reconhecimento do retorno econômico. O coeficiente com sinal positivo revela uma associação direta entre o lucro contábil e o retorno das ações. Retorno positivo reflete lucro positivo e retorno negativo reflete lucro negativo.
$\beta_2$	Captura o resultado negativo da empresa, decorrente das escolhas de regras e práticas contábeis, e também o conservadorismo condicional, representado pelo reconhecimento assimétrico de perdas econômicas (resultado negativo) em relação aos ganhos. O sinal positivo e significativo sugere que o resultado contábil reflete mais oportunamente os retornos negativos do que positivos, indicando a presença do conservadorismo.
$\beta_3$	Captura os efeitos do conservadorismo proporcionados pela adoção ao CPC.
$\beta_4$	Variável responsável pela captura do conservadorismo incondicional a partir da utilização do CPC 29. Espera-se que seu coeficiente seja negativo e significativo, sugerindo redução do conservadorismo incondicional após aplicação da referida norma.

Fonte: Elaborado com base em Santos et al. (2011) e Garbrecht et al. (2012).

Os elementos utilizados foram coletados na base de dados Económica. Foram testados os três tipos de modelos para dados em painel: intercepto comum (*pool*), efeitos aleatórios (*randon*), ou efeitos fixos (*fixed*). Para escolha do modelo mais apropriado para esta pesquisa, foram realizados três testes: de *Chow*, *Brusch-Pagan* e *Hausman*.

**5. Resultados e Discussões**

Na Tabela 1, são apresentadas estatísticas descritivas sobre as principais variáveis da pesquisa. A relação entre a média e o desvio padrão evidencia um cenário de alta volatilidade em decorrência do mercado de capital brasileiro e do ambiente econômico. Essa volatilidade é ainda mais acentuada no período anterior à adoção obrigatória das normas internacionais no Brasil (2007 a 2009). Esses resultados corroboram os achados de Sarlo Neto (2004) e Santos e Costa (2008).

**Tabela 1: Estatística Descritiva**

Variável	2007 a 2012				2007 a 2009				2010 a 2012			
	$X_{it}/P_{it}$	$R_{it}$	$R_{it}DR_{it}$	$\frac{DT_{it}R_{it}}{DR_{it}}$	$X_{it}/P_{it}$	$R_{it}$	$R_{it}DR_{it}$	$\frac{DT_{it}R_{it}}{DR_{it}}$	$X_{it}/P_{it}$	$R_{it}$	$R_{it}DR_{it}$	$\frac{DT_{it}R_{it}}{DR_{it}}$
Média	0,023	0,037	-0,067	-0,022	0,024	0,052	-0,080	0,000	0,021	0,023	-0,055	-0,042
Mínimo	1,308	-0,747	-0,747	-0,429	-1,253	-0,747	-0,747	0,000	-1,308	-0,429	-0,429	-0,429
Mediana	0,011	0,017	0,000	0,000	0,010	0,054	0,000	0,000	0,012	0,001	0,000	0,000
Máximo	1,478	1,545	0,000	0,000	1,442	1,545	0,000	0,000	1,478	0,769	0,000	0,000
Desvio Padrão	0,175	0,236	0,121	0,061	0,200	0,290	0,152	0,000	0,149	0,170	0,083	0,080
Observações	482	482	482	482	231	231	231	231	251	251	251	251

Fonte: Elaborada pelos autores

A escolha entre os modelos analíticos para dados em painel foi realizada por meio dos testes de *Chow*, *Breusch e Pagan* e *Hausman*. Dessa forma, tem-se que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado para os dados desta pesquisa.

A Tabela 2 ilustra os resultados das regressões estatísticas para dados em painel: intercepto comum, efeitos fixos e efeitos aleatórios. Ressalta-se que as análises dos resultados serão realizadas com base no modelo considerado mais adequado, ou seja, o de efeitos fixos.

Foram calculados os coeficientes  $\alpha_0$ ,  $\alpha_1$ ,  $\beta_0$  e  $\beta_1$ , do modelo original de Basu (1997). Já os coeficientes  $\beta_2$  e  $\beta_3$  são obtidos pela modificação do modelo original para capturar os efeitos do conservadorismo no período pré e pós-adoção do CPC 29.

**Tabela 2: Resultados da regressão conforme modelo modificado de Basu (1997)**

Painel A - Intercepto Comum					
	Variável	Coefficiente	Estatística t	P-value	
Constante	$\alpha_0$	-0,029	-1,690	0,091	*
DR	$\alpha_1$	0,045	2,010	0,045	**
R	$\beta_0$	0,338	5,850	0,000	***
RDR	$\beta_1$	-0,247	-2,420	0,016	**
DT	$\beta_2$	0,029	1,560	0,119	
DTRDR	$\beta_3$	0,409	2,570	0,011	***
R2 ajustado		0,103			
F		10,88 (0,000)			
Obs.:		482			
Painel B - Efeitos Fixos					
	Variável	Coefficiente	Estatística t	P-value	
Constante	$\alpha_0$	-0,027	-1,540	0,125	
DR	$\alpha_1$	0,038	1,670	0,096	*
R	$\beta_0$	0,318	5,360	0,000	***
RDR	$\beta_1$	-0,261	-2,500	0,013	**
DT	$\beta_2$	0,029	1,600	0,110	
DTRDR	$\beta_3$	0,385	2,390	0,017	**
R2 ajustado		0,345			

F		9,04 (0,000)		
Obs.:		482		
<b>Painel C - Efeitos Aleatórios</b>				
	<b>Variável</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Estatística t</b>	<b>P-value</b>
Constante	$\alpha_0$	-0,028	-1,540	0,123
DR	$\alpha_1$	0,043	1,930	0,054 *
R	$\beta_0$	0,333	5,750	0,000 ***
RDR	$\beta_1$	-0,254	-2,490	0,013 **
DT	$\beta_2$	0,029	1,590	0,111
DTRDR	$\beta_3$	0,402	2,530	0,011 **
R2 ajustado		0,356		
F		52,0 (0,000)		
Obs.:		482		

Em que \*, \*\* e \*\*\* representam níveis de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores

O coeficiente  $\beta_0$ , positivo e significativo (p-valor de 0,00), mostra uma associação direta entre o lucro contábil e o retorno das ações significativa; dessa forma, as duas variáveis têm o mesmo direcionamento, ou seja, se o resultado contábil é positivo, reflete positivamente nos preços das ações.

O sinal negativo do nível de significância do coeficiente  $\beta_1$  e o sinal positivo do nível de significância do coeficiente de  $\alpha_1$  sugerem que não há presença de conservadorismo nos dados da pesquisa. Isso significa que tanto as perdas quanto os ganhos das empresas do setor de agronegócios são reconhecidos oportunamente. Portanto, a hipótese  $H_1$  foi aceita, sugerindo que houve redução no nível de conservadorismo condicional nas práticas contábeis das companhias abertas analisadas.

O sinal positivo e significativo do coeficiente  $\beta_3$  está de acordo com o esperado, sugerindo aumento do conservadorismo incondicional após a adoção do CPC 29. Assim, a hipótese  $H_2$  foi rejeitada. Isso representa que os gestores tiveram maior interferência quando da elaboração das demonstrações financeiras, o que, segundo Basu (1997), representa baixa qualidade informacional dos números contábeis, com práticas oportunistas da gestão.

Os resultados desta pesquisa corrobora aqueles encontrados por Santos et al. (2011) quanto à redução do conservadorismo condicional. Esses achados sugerem que as empresas da amostra estão substituindo as práticas conservadoras pela característica da representação fidedigna, conforme preconizado pelo CPC (2011), o que pode ser um indicativo de melhora da qualidade da informação contábil.

No entanto, quando se trata do conservadorismo incondicional, os resultados são divergentes. Enquanto Santos et al. (2011) não encontraram alteração no grau de

conservadorismo incondicional após a adoção das normas internacionais, os resultados desta pesquisa sugerem aumento desse tipo de conservadorismo. A diferença entre essas conclusões pode ser explicada por pelo menos dois motivos: 1) o horizonte temporal estudado por Santos et al. (2011) foi de 2005 a 2009, enquanto esta pesquisa utilizou dados do período de 2007 a 2012. Esse período representa a inclusão de três anos de adoção obrigatória das normas internacionais; 2) a amostra da pesquisa de Santos et al. (2011) é composta por todas as companhias abertas brasileiras, enquanto a amostra desta pesquisa é composta por companhias abertas do setor do agronegócio.

Além disso, pode-se inferir que a curva de aprendizagem na adoção das normas internacionais e o setor de atuação conseguem afetar as diferenças entre os estudos uma vez que são fatores relevantes na avaliação do impacto das IFRS no conservadorismo.

A redução do conservadorismo condicional após a adoção do CPC 29, conforme evidências encontradas nesta pesquisa, sugere alcance dos objetivos do IASB em apresentar informações contábeis neutras e livres de viés como previsto pelas características qualitativas destacadas na *Conceptual Framework* (IASB, 2011). Porém, não é possível inferir sobre a confiabilidade das informações contábeis, tendo em vista que se denotou aumento no conservadorismo incondicional, o que pode caracterizar evidências de deterioração na qualidade da informação contábil.

## 6. Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se a adoção do CPC 29 afetou o grau de conservadorismo das informações financeiras divulgadas pelas companhias abertas brasileiras do setor do agronegócio. A hipótese de pesquisa considera que o grau de conservadorismo presente nas demonstrações contábeis dessas companhias abertas reduziu após a adoção do CPC 29. A amostra da pesquisa é composta por 22 companhias abertas do setor do agronegócio e um total de 482 observações trimestrais para os anos de 2007, 2008, 2009 e até o terceiro trimestre do ano de 2010, como período pré-adoção do CPC 29 e para os períodos de 2011, 2012, e o quarto trimestre de 2010, como período pós-adoção.

Os resultados da pesquisa sugerem que houve redução do nível de conservadorismo condicional e aumento do grau de conservadorismo incondicional nas informações das companhias abertas do setor analisado. Tais evidências apontam que as empresas do agronegócio estão reconhecendo mais oportunamente as perdas e ganhos, deixando de lado as

práticas de conservadorismo condicional. Esse resultado indica que as companhias da amostra estão substituindo as práticas conservadoras pela representação fidedigna, conforme proposto pelo IASB nas normas internacionais de qualidade, o que pode implicar no aumento da qualidade da informação contábil.

Porém, verificou-se que houve aumento do conservadorismo incondicional o que sugere ter havido maior interferência da gestão nas políticas contábeis e no processo de elaboração das demonstrações financeiras. Essa interferência pode representar práticas gerenciais oportunistas para alcançar os objetivos da gestão, sugerindo que as demonstrações financeiras das empresas da amostra perderam em qualidade das informações reportadas, uma vez que a presença de conservadorismo incondicional afeta a qualidade de tais informações.

Do ponto de vista da prática contábil, o estudo evidencia que houve alterações nas práticas capturadas pelos testes que verificam o conservadorismo condicional, sugerindo maior tempestividade nos números contábeis reportados aos usuários externos. Entretanto, houve aumento no conservadorismo incondicional dessas empresas, indicando que essa tempestividade dos números pode ter sido afetada e que a perda de qualidade pode resultar em redução da relevância para os usuários externos e aumento nos custos de agência.

Para os reguladores e elaboradores das normas contábeis, a pesquisa mostra que o objetivo estabelecido de trazer informações contábeis confiáveis e fidedignas vem sendo alcançado pelo setor do agronegócio, quando é demonstrado ter havido redução no nível de conservadorismo condicional, subsidiando futuras decisões e avaliações desses órgãos. Porém o subjetivismo presente na mensuração do valor justo pode ter levado os gestores dessas empresas a adotarem práticas oportunistas, o que foi capturado pela verificação de aumento de conservadorismo incondicional. Esses resultados podem representar um alerta para os órgãos reguladores sobre a efetividade da adoção do valor justo no CPC 29.

A limitação revelada por este estudo está relacionada ao fato de terem sido analisadas apenas as empresas listadas na BM&FBOVESPA que apresentavam saldo de ativo biológico. Outra limitação pode estar relacionada à aferição do conservadorismo apenas por meio da aplicação da técnica de Basu (1997). Além disso, destaca-se que a maioria das empresas da amostra possui atividades verticalizadas que variam da produção dos ativos biológicos, a transformação e a comercialização dos produtos resultantes o que pode significar a aplicação de uma gama elevada de critérios de mensuração nos seus ativos. Embora os ativos biológicos sejam significativos, o resultado dos efeitos do conservadorismo pode ser anulado pela

mensuração e reconhecimento de outros ativos significativos para as diversas atividades desenvolvidas pelas empresas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação em todas as empresas abertas listadas nas mais diversas bolsas ao redor do mundo, que apresentem saldo de ativo biológico. Recomenda-se, também, a mensuração do grau de conservadorismo em outros modelos, além de Basu (1997).

## 7. Referências

ALALI, F.; CAO, L. International financial reporting standards – credible and reliable? An overview. *Advances in Accounting*, v. 26, p. 79-86, 2010.

ANTUNES, G.; MEDEIROS, O. R. Modelo de Basu: Especificação Diferente, Mesmo Resultado. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 5, n. 1, p. 59-71, 2011.

ARGILÉS, J. M.; BLADÓN, J. G.; MONLLAU, T. Fair value versus historic cost Valuation for Biological assets: Implications for the quality of financial information. In: Jornadas De Contabilidad Financiera, 8. Barcelona, *Anais...*, Barcelona: 2009.

ARMSTRONG, C. S. et al. Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. *The Accounting Review*, v. 85, n. 1, p. 31-61, 2010.

BAE, K. H.; TAN, H.; WELKER, M. International GAAP differences: The Impact on Foreign Analysts. *The Accounting Review*, v. 83, p. 593–628, 2008.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.

BARLEV, B.; HADDAD, J. Fair Value accounting and the management of the firm. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 14, n. 4, p. 383-415, 2003.

BARTH, M. E. Standard-setting measurement issues and the relevance of research. *Accounting and Business Research Special Issue: International Accounting Policy Forum*, v. 7, p. 7-15, 2007.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*. v. 46, n. 3, p. 467-498, jun. 2008.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting & Economics*, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BRASIL. *Lei nº. 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 11.638*, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BRITO, G. A. S.; LOPES, A. B.; COELHO, A. C. D. Conservadorismo nos lucros contábeis dos bancos no Brasil: a influência do controle estatal. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 4, p. 19-39, 2012.

BURNSIDE, A. IAS 41 of the forest industry – a study of the forest products companies conception of the IAS 41 today. *School of Economics and Commercial Law*. Goteborg University, 2005. Disponível em: <http://www.handels.gu.se/epc/archive/>. Acesso em 09 set. 2013.

CHAN, K. H.; LIN, K. Z.; MO, P. L.L. Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 1, p. 58-73, 2010.

COELHO, A.C.; LIMA, I. S. Qualidade Informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 18, n. 45, p. 38-49, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola*. 2009. Disponível: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. 2011. Disponível: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução do CFC n. 732/92. Aprova a NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial. Brasília. Disponível em: [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_732.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_732.doc). Acesso em: 10 fev. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução do CFC n. 909/01. Aprova a NBC T 10 – dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, o item: NBC T 10.14 – entidades rurais. Brasília. Disponível em: [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_909.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_909.doc). Acesso em: 10 fev. 2013.

COSTA, F. M.; COSTA, A. C. O.; LOPES; A. B. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, n. 41, p. 7-20, 2006.

CULLINAN, C. P. et al. Ownership structure and accounting conservatism in China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 21, p. 1-16, 2012.

DELOITTE. *Use of IFRS by jurisdiction*. 2013. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/resources/use-of-ifs/?>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DESAI, M. A. The divergence between book income and tax income. *Harvard Business School and National Bureau of Economic Research*, p. 169-208, 2005. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c11538>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

ELAD, C. Fair value accounting in the agricultural sector: some implications for international accounting harmonization. *European Accounting Review*, v. 13, n. 4, p. 621-641, 2004.

ELAD, C.; HERBOHN, K. Implementing fair value in the agricultural sector. *Scotland: SATER, Working Paper*, 2011.

FUJI, A. H.; SLOMSKI, V. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 14, n. 33, p. 33-44, 2003.

GARBRECHT, G. T. et al. Conservadorismo condicional ex post à Lei 11.638/07: um estudo sobre a qualidade do lucro contábil em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12, 2012, São Paulo/SP. *Anais...São Paulo*, FEA/USP, 2012.

HERBOHN, K. Accounting for SGARAs: A Stock take of accounting practice before compliance with AASB 141 Agriculture. *Australian Accounting Review*, v. 16, n. 2, p. 62-76, 2006.

HERBOHN, K.; HERBOHN, J. International Accounting Standard (IAS) 41: what are the implications for reporting forest assets? *Small-scale Forest Economics, Management and Policy*, v. 5, n.2, p. 175-189, 2006.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. *International Accounting Standards – IAS n° 41 - Agriculture: appendix B - basis for conclusions*. Disponível em: <[www.ifrs.org](http://www.ifrs.org)>. Acesso em: 15 Jun. 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. *International Accounting Standards – IAS n° 41 – Agriculture*. 2000. Disponível em: [www.iasb.org](http://www.iasb.org). Acesso em: 15 Jun. 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. *International Accounting Standards – IAS n° 16 – Property, Plant and Equipment*. 2003. Disponível em: [www.iasb.org](http://www.iasb.org). Acesso em: 15 Jun. 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. *The Conceptual Framework for Financial Reporting*. 2011. Disponível em: [www.iasb.org](http://www.iasb.org). Acesso em: 15 Jun. 2013.

JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting Public Policy*, v. 27, p. 480–494, 2008.

JERMAKOWICZ, E. K., GORNIK-TOMASZEWSKI, S. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 15, n. 2, p. 170-196, 2006.

KOLEV, K. Do Investors Perceive Marking-to-Model as Marking-to-Myth? Early Evidence from FAS 157 Disclosure. *SSRN Working paper series*, 2008. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1336368](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1336368). Acesso em: 20 jun. 2013.

LARA, L. C.; M. S. M., NAVIERA. Normas internacionais para la actividad agrícola: aplicación del valor razonable. In: Congresso de Contabilidade e Auditoria, VIII, 2000, Aveiro. *Anais...* Aveiro, Portugal: 2000.

LAUX, C.; LEUZ, C. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, n. 6-7, p. 826-834, 2009.

PAULO, E.; ANTUNES, M. T. P. FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas - RAE*. v. 48, n. 3, p. 46-60, 2008.

PIOT, C.; DUMONTIER, P.; JANIN, R. IFRS consequences on accounting conservatism within Europe: The role of Big 4 auditors. *SSRN Working Paper Series*, 2011. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1754504>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

PLESKO, G. A. Estimates of the magnitude of financial and tax reporting conflicts, W13295. *National Bureau of Economic Research*, 2007.

RECH, I. J. *Formação do valor justo dos ativos biológicos sem mercado ativo: uma análise baseada no valor presente*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

RECH, I. J.; PEREIRA, I.V. Valor justo: análise dos métodos de mensuração aplicáveis aos ativos biológicos de natureza fixa. *Custos e @gronegocio online*, v. 8, n. 2, p. 131-157, 2012.

REZAEE, Z.; SMITH, L. M.; SZENDI, J. Z. Convergence in accounting standards: Insights from academicians and practitioners. *Advances in Accounting: a research annual*, v. 26, p. 142-154, 2010.

SANTOS, E. S. Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto Esperado nos Resultados de 2010 a partir das Empresas que se Anteciparam. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11, 2011, São Paulo/SP. *Anais...* São Paulo, FEA/USP, 2011.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SANTOS, L. S. R.; COSTA, F. M. Conservadorismo contábil e *timeliness*: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 19, n. 48, p. 27-36, 2008.

SARLO NETO, A. *A reação dos preços das ações à divulgação dos resultados contábeis: evidências empíricas sobre a capacidade informacional da contabilidade no mercado acionário brasileiro*. 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória.

SCOTT, W. R. *Financial Accounting theory*. 5. ed. Toronto: Pearson, 2009.

SHAVIRO, Daniel. The optimal relationship between taxable income and financial accounting income: analysis and a proposal. *NYU Law and Economics Research Paper N°*.

07-38, Feb. 2008. Disponível em:  
[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1017073](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1017073). Acesso em: 10 mar. 2013.

WATTS, R. L. A proposal for Research on Conservatism. *Simon School of Business Working Paper FR*, p. 93-13, 1993. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/>. Acesso em: 05 jul. 2013.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. *Positive Accounting Theory*. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

WILLIAMS, B. R. WILMSHURST, T. The Achievability of Sustainable Reporting Practices in Agriculture. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. v. 16, n. 3, p. 155-166, 2009.

YOON, S. W. An international study of the relation between book-tax conformity and the value relevance of earnings components. *Journal of International Business Research*, v. 7, n. 2, p. 67-74, 2008.